

ASSENTAMENTOS RURAIS NO VALE DO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE: ADAPTAÇÃO E PERMANÊNCIA

Gabriel Caymmi Vilela Ferreira
José Ambrósio Ferreira Neto

1. INTRODUÇÃO

A abordagem realizada neste trabalho, sobre os assentamentos rurais de reforma agrária, foi sob a ótica da permanência dos trabalhadores rurais. A região de análise foi o Vale do Araguaia no estado de Mato Grosso. Um dos maiores estados da federação e com o desenvolvimento econômico centrado no agronegócio. A literatura sobre o tema expõe as limitações dos assentamentos e revelam uma infraestrutura precária e sem apoio do poder público, o que leva a uma considerável evasão. Todavia, existem aqueles que, mesmo com todas as dificuldades vivenciadas e com todos os percalços que este tipo de política carrega, permanecem nas suas parcelas, produzindo e sobrevivendo no campo.

Os assentamentos rurais no Brasil possuem, via de regra, problemas estruturais graves que, muitas vezes, inviabilizam a reprodução social das famílias beneficiárias desta política. Em estudo realizado com assentamentos no Tocantins, as principais causas da evasão nos assentamentos estavam associadas à falta de recursos financeiros, aos problemas de infraestrutura dos projetos e a não origem do meio rural ou a falta de experiência com o campo (RIBEIRO, 2009).

Estudos como o de Sparovek (2003), Guanziroli et. al. (2001) e Marques et. al. (2012) apontam os problemas existentes nos projetos de assentamentos de reforma agrária. A ineficiência do Estado em gerir e fiscalizar, somado a tardia ajuda financeira, criam nestes projetos um processo de exclusão das famílias com menores condições de adaptação ao meio rural, seja por inexperiência com o meio rural, seja por falta de recursos para a subsistência. A falta de infraestrutura coletiva, como escolas, postos de saúde, transportes e estradas, também são fatores limitantes à perma-

nência das famílias assentadas. Deste modo, tem-se que a evasão média no Brasil é de 29,7%, sendo as regiões Norte e Centro Oeste as de maiores taxas de evasão com 41,8% e 40,4%, respectivamente. Já as regiões Sudeste e Nordeste possuem as menores taxas de evasão com 12,1% e 15,1%, respectivamente (GUANZIROLI et. al., 2001).

É, portanto, evidente que os assentamentos possuem problemas sérios e que estes levam um número significativo de abandono. Em contrapartida, existe um número significativo e, superior inclusive, de assentados que permanecem nos assentamentos, mesmo vivenciando todos esses problemas. Os motivos pelos quais, essas famílias assentadas resistem, são pouco elucidados pela ciência. Desta forma, entender que mesmo em meio a situações precárias, como as vivenciadas pelos assentados, existem pessoas que se evadem dos assentamentos e outras que permanecem, é fundamental para compreender a pergunta norteadora deste trabalho. Qual a diferença entre os permanentes e os evadidos? É possível definir uma característica ou um conjunto de características que diferem os permanentes dos evadidos?

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ocorreu em quatro assentamentos situados no Vale do Araguaia mato-grossense, são eles: PA Santa Emília, no município de Barra do Garças, PA Volta Grande, no município de Araguaiana, PA Ilha do Coco, no município de Nova Xavantina e PA Martins I, no município de Agua Boa.

Metodologicamente o trabalho se dividiu em duas linhas de pesquisa. A primeira consistia no levantamento de dados dos assentados que foi feito tanto pelo acesso ao banco de dados da Unidade Avançada do Vale do Araguaia – UAVA/INCRA com sede em Barra do Garças, quanto a aplicação de cinquenta questionários estruturados aos moradores amostrados dos quatro assentamentos. Esses questionários visavam delinear o perfil do beneficiário, levantando sua origem, renda, experiências, atividades agrícolas e não agrícolas, de forma que fosse possível comparar as semelhanças e diferenças entre os permanentes e evadidos.

A segunda linha de pesquisa consistiu na análise do uso do solo dos assentamentos ao longo dos anos, desde sua criação até o ano de 2014. Por meio de imagens de satélites e softwares de geoprocessamentos (Quantum Gis), classificou-se a Cobertura Vegetal de Pastagem (CVP) quanto ao seu nível de degradação¹, correlacionando isso com o processo de permanência. Desta forma, foi possível analisar as atividades agropecuárias desenvolvidas e o seu nível de impacto sob a vegetação.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A permanência nos assentamentos rurais pesquisado esteve diretamente associada ao acesso a uma fonte de renda externa ao lote. Isso pode ser percebido, por exemplo, na grande diversificação de ocupações existentes nos projetos, em assentamentos mais antigos era ainda mais significativo. Com o passar do tempo, a persistência nos assentamentos está diretamente relacionada à capacidade de diversificação de funções ou a pluriatividade.

A fonte de renda externa foi à característica definidora dos permanentes. Nos assentamentos Santa Emília, Volta Grande, Ilha do Coco e Martins I ela aparecia em 69,2%, 91,7%, 90% e 93,3% dos entrevistados, respectivamente. Assim como apontado por Lamera e Figueiredo (2008), em estudo feito com assentamentos rurais de Mato Grosso, grande parte da renda dos beneficiários desta política no estado era proveniente de atividades complementares, como trabalho agrícola de diarista, safrista, empregado rural ou artesanato. Em vista disto, essa renda externa garante estabilidade econômica para família e a produção agropecuária complementa a renda, de modo que, se comparadas às famílias com mesma condição econômica na zona urbana, as assentadas dispõem de uma renda maior.

Quanto à questão da degradação da cobertura vegetal da pastagem, observou-se que houve melhora em todos os assentamentos, ao longo do

¹ Classificou-se em cinco níveis de degradação: Extremamente Degradado; Seriamente Degradado, Moderadamente Degradado; Levemente Degradado e Não Degradado.

tempo. Em escalas distintas, é claro, todavia houve melhora na biomassa vegetal, revelando que as práticas adotadas pelos assentados são menos impactantes ao meio ambiente. A questão da baixa degradação ambiental provocada pelos assentados está diretamente relacionada ao baixo poder de investimento e aporte de recursos nos lotes, o que faz com que essas áreas não sofram com o excesso de exploração. Isto evidencia, ainda mais, que os lotes são utilizados mais como poupanças vivas, no qual o assentado tem um recurso extra, do que propriamente o local principal de suas atividades.

4. CONCLUSÕES

Pode-se dizer que em se tratando da permanência nos assentamentos rurais, existe uma seleção dos beneficiários, o que significa que as condições do meio e a ausência de intervenções do poder público, promovem um processo de expulsão das famílias, persistindo apenas as mais “adaptadas”, e essa adaptação quase sempre é definida pelo acesso a recursos financeiros externos. Isto, porque, os assentamentos rurais se encontram em péssimas condições de infraestrutura, com baixo apoio do poder público, sem assistência técnica e acesso a créditos. Desta forma, os beneficiários desta política pública se encontram em condições de fragilidade econômica e social que, em grande medida, leva-os à evasão. Por outro lado, os agricultores assentados com alguma fonte de renda externa aos lotes ou com alguma fonte de renda mensal fixa, conseguem permanecer nos assentamentos, ao contrário daqueles que não dispõem dessas rendas alternativas à produção agropecuária. É, portanto, uma seleção que os projetos promovem ao possibilitar a permanência somente daqueles que possuem alternativas econômicas fora dos lotes.

Outro fator importante refere-se à recuperação das pastagens, decorrente do manejo menos intensivo. Por meio da análise de imagens de satélites constatou-se que, em geral, a degradação das pastagens diminuiu em todos os projetos. Aumentaram as áreas sem degradação e as classes

menos degradadas, evidenciando uma prática agrícola mais sustentável em termos ambientais. Diante disso, nota-se que os beneficiários atuam como agentes de recuperação ambiental, mesmo que de maneira indireta e, não intencional. As práticas por eles adotadas exploram menos a vegetação se comparadas com as práticas aplicadas pelos pecuaristas convencionais e, isto, fica evidente na melhora do índice de biomassa vegetal das pastagens. Adicionalmente, atenta-se para a utilização da pecuária como um complemento à renda ou uma poupança para o assentado, ao invés de ser sua atividade principal. Na realidade, as atividades desenvolvidas nos assentamentos, são complementares no sentido de geração de renda, proporcionando aos beneficiários maior poder de compra com os recursos obtidos, por meio de outras atividades. Nesse sentido, nota-se que a condição de vida do assentado é melhor do que a dos trabalhadores urbanos com o mesmo nível econômico. Ou seja, as atividades desenvolvidas pelos beneficiários, tanto dentro do lote, quanto fora, tanto geradoras de renda, quando somente para subsistência, criam condições que possibilitam o acesso a alimentos variados, a um poder de compra maior e outros fatores que tornam, comparativamente, as condições melhores para os assentados do que os trabalhadores urbanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUANZIROLI, C. (Coord.); BRUNO, R.; MEDEIROS, L. *Percentuais e Causas das evasões nos Assentamentos Rurais*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2001.
- LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso. 46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil. *Anais*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/108160.html>>. Acesso em: 14 maio de 2015.
- MARQUES, V. P.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *O Censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados*. 2012.

RIBEIRO, M. M. C. *Modelos de reforma agrária: evasão e permanência em assentamentos rurais no estado do Tocantins*. 2009. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. [s.l.] Páginas & Letras, 2003.

Agência Financiadora da Pesquisa: CAPES

Banca: José Ambrósio Ferreira Neto, José Luiz Lani, Marcelo Leles Romarco de Oliveira.